

HABEAS CORPUS Nº 570.710 - SP (2020/0079999-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : GERALDO MAGELA DA CRUZ
ADVOGADO : GERALDO MAGELA DA CRUZ - SP255294
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIEGO STANLEI GIMENEZ DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DIEGO STANLEI GIMENEZ DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0032074-40.2014.8.26.0577).

Depreende-se dos autos que o paciente foi absolvido pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, nos termos do art. 386, V, do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 30/38).

Interposta apelação pelo Ministério Público estadual, o Tribunal de origem deu "*provimento ao recurso ministerial para condenar DIEGO STANLEI GIMENEZ DA SILVA como incurso no artigo 157, § 2º, incisos, I e II, do CP, ao cumprimento da pena privativa de liberdade de cinco anos e quatro meses de reclusão em regime inicial semiaberto e ao pagamento de treze dias-multa, no valor unitário mínimo legal*" (e-STJ fl. 39).

Daí o presente *writ*, no qual aponta a defesa ilegalidade decorrente do regime prisional.

Sustenta que, "*em decorrência da condenação em 2ª instância, e considerando a pandemia vivenciada nos dias atuais, o paciente se vê sofrendo justo receio de iniciar o cumprimento da pena em cárcere privado, seja pelo risco de contaminação que pode carregar à Penitenciária, ou pela possível contaminação a ser sofrida em cárcere*" (e-STJ fl. 4).

Alega a ocorrência de vários motins e rebeliões nos presídios decorrentes "*de medidas da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), que busca a prevenção ao coronavírus, como exemplo, a suspensão de saída temporária e visitação*"

Superior Tribunal de Justiça

e ressalta ser "ilógico reinserir um indivíduo às dependências dos presídios, visto que há clara discrepância nos atuais ambientes e que um cenário de contaminação em grande escala nos sistemas prisionais produz impactos significativos para a segurança e a saúde de toda população" (e-STJ fl. 5).

Pontua que "a melhor medida cabível, in casu, é para que o paciente inicie o cumprimento da pena em meio aberto, submetido à prisão domiciliar humanitária, de modo a reduzir os riscos epidemiológicos de transmissão do vírus e preservar a saúde de agentes públicos, pessoas privadas de liberdade e visitantes, evitando-se contaminações de grande escala que possam sobrecarregar o sistema público de saúde" (e-STJ fl. 6).

Reforça que, "embora o paciente não tenha problemas graves de saúde, deriva da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Justiça (62/2020), e demais autoridades competentes, recomendações para a adoção de medidas preventivas à propagação do novo coronavírus – Covid-19" (e-STJ fl. 6).

Informa "que não há nos autos qualquer evidência que motive o paciente a evadir-se ou cometer novas infrações. Longe disso, possui residência fixa, primariedade, identidade certa e trabalho lícito, nada indicando ou sugerindo que possa descumprir a pena em meio aberto, até porque acompanhou todos os atos do processo em liberdade" e "cumpre destacar que o paciente não possui condenações criminais anteriores, motivo este que comprova a sua primariedade e de não ter nenhum outro processo criminal em curso" (e-STJ fl. 7).

Por fim, conclui ser "de rigor a concessão de prisão domiciliar humanitária em favor do paciente, em virtude da pandemia COVID-19, ainda que sob fiscalização por meio da tornozeleira eletrônica, nos termos do art. 146-B, inciso IV, da LEP" (e-STJ fl. 7).

Dessa forma, requer (e-STJ fls. 8/9):

[...] a concessão liminar da ordem, para que o paciente seja posto em prisão domiciliar humanitária até o julgamento do presente remédio judicial ou com a fixação de condições especiais para concessão do regime aberto e, ao final, a concessão definitiva da ordem de Habeas Corpus para cassar a decisão que decretou a

Superior Tribunal de Justiça

prisão em regime semiaberto do mesmo, ante a situação excepcionalíssima em que vivemos, concedendo-lhe a prisão domiciliar humanitária para que cumpra a reprimenda restante, sob a jurisdição do DEECRIM 9ª RAJ, ou da Vara de Execuções Criminais de São José dos Campos, visto que o endereço domiciliar do paciente, bem como dos seus familiares, são do Município supracitado.

É o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Diga-se que **o pleito de concessão da prisão domiciliar em razão do risco à saúde do paciente, ante a pandemia da Covid-19, não foi previamente submetido às instâncias ordinárias; seu exame diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça evidencia hipótese de supressão de instância.**

Ademais, vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a Recomendação n. 62, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da saúde também publicaram a Portaria Interministerial n. 7, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, bem como o envio das decisões proferidas nos autos da ação penal, ressaltando-se

Superior Tribunal de Justiça

que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator